

ATA DA 167ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, realizou-se a 167ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saneamento - COMUSA, através de videoconferência, seguindo as diretrizes da Portaria SMOBI Nº 118/2020.

Conselheiros presentes: Pedro Ribeiro de Oliveira Franzoni Grossi (SMMA), Aurora Pederzoli (SLU), Alex Moura de Souza Aguiar (SENGE-MG), Weber Coutinho (ABES), Rosemary Fernandes da Silva (Associação de Moradores do Bairro Buritis), Núbia Aparecida Vale Nolli (COPASA), Regina Andréa Martins (CAU-MG) e Cláudio Jorge Cançado (FJP).

Suplentes presentes: Ricardo de Miranda Aroeira (SMOBI), Isaac Henrique de Medeiros (SMPU), Matheus Dias Alves (Instituto Guaicuy), Marcos Tadeu Righi Rodrigues de Souza (AMALUX) e Célia de Fátima Machado (FJP).

O Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, Ricardo de Miranda Aroeira, registrando quórum, iniciou a reunião informando o ponto de pauta: Apresentação, pela SMOBI, do Programa DRENURBS 2ª Etapa.

O Conselheiro Ricardo Aroeira iniciou a apresentação informando que o Programa DRENURBS foi conceitualmente proposto após a elaboração do Plano Diretor de Drenagem de Belo Horizonte, no início da década dos anos 2000, trazendo uma nova lógica para o enfrentamento da questão do risco de inundações no Município, propondo a manutenção dos córregos em leito aberto na malha urbana.

O Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento dos Fundos de Vale e dos Córregos em Leito Natural - Programa DRENURBS, teve como proposta inicial a intervenção em 47 bacias hidrográficas, dentre as 98 que totalizam o território do Município, compreendendo cerca de 200 km de cursos d'água e abrangendo população superior a 01 milhão de habitantes. O início da implementação do Programa se deu em 2005, através de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. A primeira etapa e a etapa complementar do Programa totalizaram um investimento de cerca de 240 milhões de dólares, em 05 (cinco) bacias hidrográficas: Bacias dos córregos Bonsucesso, Engenho Nogueira, Nossa Senhora da Piedade, Primeiro de Maio e Baleares. As intervenções foram ilustradas por fotos antes e após as obras, ressaltando a recuperação ambiental dos cursos d'água, através de intervenções que incluíram a implantação de sistemas de esgotamento sanitário, bacias de retenção, revegetação de margens, áreas de convívio social e parques lineares, dentre outras.

Para a segunda etapa, os objetivos do Programa DRENURBS, a exemplo do que ocorreu na 1ª etapa, consistem em promover a melhoria da qualidade de vida da população, por meio da universalização dos serviços de saneamento, da recuperação e preservação dos recursos hídricos, da mitigação dos riscos de inundação e do aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão municipal.

Os objetivos específicos consistem na recuperação e/ou preservação dos cursos d'água, através de intervenções estruturais que contribuam para a despoluição e mitigação dos riscos de inundações; melhoria das condições sanitárias e de habitação, notadamente das populações mais vulneráveis, com enfoque de gênero e diversidade, nas sub-bacias objeto de intervenção do Programa. Será viabilizada, ainda, uma melhoria da capacidade de gestão do Município por meio de ações de fortalecimento institucional, incluindo o aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão do risco de inundações, conferindo maior resiliência ao espaço urbano e maior segurança para a população.

Os principais desafios a serem enfrentados são: grandes carências do ponto de vista sanitário e ambiental; áreas com altíssimo grau de precariedade social e urbanística, sujeitas a risco relevante de inundações; ocupações significativas das calhas dos córregos; lançamento de esgotos nos cursos d'água, com necessidade de intervenções de urbanização e realocação de famílias; risco de reocupações ao longo dos vales; inexistência de áreas de lazer e equipamentos de uso social; estruturas hidráulicas insuficientes; necessidade de aperfeiçoamento e atualização do Sistema Integrado de Gerenciamento de Drenagem e Alerta de Inundações; e, necessidade de tornar a cidade mais inclusiva e resiliente através de ferramentas de planejamento e gestão.

O Programa DRENURBS - 2ª Etapa prevê intervenções nas seguintes bacias: Córrego dos Macacos, Córrego Terra Vermelha, Córrego Embira, Córrego da Avenida Várzea da Palma - Rua Chile, Córrego Fazenda Velha,

Córrego Capão Córrego Joaquim Pereira, Córrego Olhos D'Água, Córrego Brejo do Quaresma e Parque Ciliar do Bonsucesso, complementando os investimentos realizados na primeira etapa do Programa nesta última bacia. O investimento previsto é de 255 milhões de dólares, abrangendo projetos, obras e o fortalecimento institucional. O prazo de execução previsto é de seis anos.

O palestrante apresentou, em seguida, os mapas com a localização de cada intervenção e um panorama com as precariedades de cada área. Com exceção da bacia do Córrego Bonsucesso, as obras consistem em tratamento de fundo de vale, implantação de reservatórios de amortecimento de cheias, parques lineares e realocação de famílias. Prevê-se a realocação de cerca de 1500 famílias, com uma população diretamente beneficiada da ordem de 65 mil habitantes.

O componente Fortalecimento Institucional compreende a implantação do Projeto Integrado de Gerenciamento de Drenagem e Alerta de Inundações - GEDAI, cujo objetivo é o aperfeiçoamento da Política de Gestão do Risco de Inundações. A Administração Municipal busca a modernização do sistema, o que vai permitir um acesso integrado a um módulo de previsão, de utilização de ferramentas, como dados de radar meteorológico, satélites e estações de terra implantados na primeira etapa do Programa. Assim, será possível adensar o número de estações, que atualmente são em número de 42, permitindo um enfrentamento mais efetivo e eficaz do ponto de vista de prevenção e da capacidade de resposta a eventos extremos e à realidade das mudanças climáticas.

A justificativa e relevância do Programa, além do impacto relevante na melhoria da qualidade de vida de populações mais vulneráveis, se evidenciam com a viabilização de investimentos complementares às ações do Plano de Urbanização Sustentável da Izidora e do Programa DRENURBS - 1ª Etapa. Com relação à bacia do córrego Bonsucesso, o empreendimento Parque Ciliar visa garantir a sustentabilidade dos investimentos já realizados na mitigação do risco de inundações, em intervenções de tratamento de fundo de vale e na expansão do atendimento por infraestrutura de esgotamento sanitário, com a consequente despoluição dos cursos d'água.

Quanto aos Resultados Esperados, estes compreendem a requalificação ambiental dos cursos d'água, implantação de bacias de retenção para o controle de cheias, implantação de parques lineares para proteção de áreas de preservação permanente, implantação de espaços livres de uso público com adoção de soluções sustentáveis baseadas na natureza, melhoria das condições habitacionais pela realocação de famílias, universalização dos serviços de saneamento básico, implantação de tecnologias inovadoras nas áreas consolidáveis e fortalecimento da capacidade institucional do Município na gestão do risco de inundação.

O indicador de impacto do Programa será o Índice de Salubridade Ambiental - ISA, formulado no Plano Municipal de Saneamento - PMS e que corresponde à soma ponderada dos índices setoriais referentes aos quatro componentes do saneamento – abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana. O valor do ISA apurado na última versão do PMS para as bacias incluídas nesta etapa do Programa corresponde a 0,79. A estimativa é de que as intervenções previstas viabilizem um ISA médio de 0,95. Vale ressaltar que o ISA, assim como cada indicador setorial, tem uma variação entre 0 e 1. Quanto mais próximo da unidade, melhor é a realidade do ponto de vista de saneamento.

Os indicadores de resultado propostos, também do Plano Municipal de Saneamento, são: Redução da população inserida em manchas de inundação; Indicador de atendimento por coleta de esgoto (ICE); Indicador de atendimento por interceptação de esgoto (IIE) e Índice de tratamento de esgoto (ITE). A meta é zerar a população inserida em manchas de inundação e levar os demais indicadores o mais próximo possível da unidade, o que corresponde à universalização dos serviços.

Sobre os indicadores de produto com suas respectivas metas, foram adotados: Número de famílias realocadas - 1500; Extensão de fundo de vale tratado - 9km; Extensão de parques lineares implantados - 6km; Projeto de Trabalho Técnico Social - PTTS, por sub-bacia - 01; Porcentagem de mulheres empregadas em obras - 10%; Número de estações fornecendo dados para o Sistema de Monitoramento Hidrológico - 118.

Com exceção das bacias dos córregos Olhos D'Água e Bonsucesso, todas as demais já têm anteprojetos concluídos, sendo que a bacia do córrego do Embira tem projeto básico concluído.

Com relação aos reassentamentos, será aplicada a Política Municipal de Habitação que garante às famílias alternativas de realocação em unidades habitacionais, reassentamento em outras moradias e/ou indenização

de benfeitorias, prevendo-se a locação temporária até que se viabilize o reassentamento definitivo. Além disso, será realizado o Trabalho Técnico Social, conduzido pela Urbel, no pré e pós morar.

Por fim, o palestrante destacou que os impactos pretendidos com a implantação do Programa compreendem melhorias ambientais e aumento da resiliência às mudanças climáticas; universalização dos serviços de saneamento; mitigação dos riscos de inundação; implantação de equipamentos públicos e de convívio social em áreas ocupadas por populações de baixa renda; melhoria da qualidade de vida da população e aperfeiçoamento na Gestão do Risco de Inundações.

Encerrada a apresentação, a palavra foi franqueada aos presentes na reunião.

O conselheiro e representante do SENGE-MG, Alex Aguiar, questionou se alguma etapa do Programa está destinada a corrigir os lançamentos irregulares de esgoto sanitário e se haverá priorização de intervenções que busquem minimizar os impactos nas regiões em que serão implantadas as obras do Programa DRENURBS 2ª etapa.

Em resposta, o conselheiro Ricardo Aroeira esclareceu que o Programa se encontra em processo de preparação, cuja meta final é a assinatura do contrato de empréstimo com o BID, o que viabilizará a implantação do Programa. Informou, ainda, que já foram realizadas duas missões com as equipes do Banco, inclusive com a participação da COPASA, tendo sido discutida a formalização de um convênio específico que definirá as regras de atuação da Concessionária no âmbito do Programa. Os projetos, inclusive de esgotamento sanitário, serão contratados pela SUDECAP. Este convênio abrangerá a questão das ligações factíveis, para que não haja apenas a disponibilização de infraestrutura, mas a ligação efetiva, buscando-se a universalização do serviço de esgotamento sanitário. Esclareceu, ainda, que nas bacias dos córregos Macacos e Terra Vermelha, que abrigam as ocupações da Izidora, os investimentos estão sendo viabilizados a partir de um Programa específico de urbanização, conduzido pela Subsecretaria de Planejamento Urbano - SUPLAN. Nas outras bacias, do ponto de vista do esgotamento sanitário, falta a infraestrutura de interceptores, com eventual complemento de infraestrutura de coleta residual. Assim, com base nos investimentos que a Prefeitura fizer, será realizado um encontro de contas para ressarcimento da Administração Municipal, visto a COPASA ser a Concessionária responsável por arcar com os custos de expansão e operação do serviço.

A conselheira e representante do CAU-MG, Regina Martins, questionou os critérios de reassentamento das famílias afetadas e da urbanização das áreas de intervenção. Questionou, ainda, se existe um aporte no Programa para a realocação ou se fica a cargo dos órgãos afetos à Administração.

Em resposta, o conselheiro Ricardo Aroeira esclareceu que as ações no Programa são coordenadas por uma Unidade de Gerenciamento do Programa - UGP e os órgãos municipais atuarão a partir de diretrizes definidas nesta fase de preparação. As regras de realocação constam da Política Municipal de Habitação do Município de Belo Horizonte, cujas diretrizes indicam a realocação mais próxima possível das áreas de origem. A seleção das áreas para construção de unidades habitacionais se dará a partir de um trabalho conjunto envolvendo SUDECAP e URBEL e a construção das unidades habitacionais será viabilizada com recursos do Programa.

O conselheiro e representante do Instituto Guaicuy, Matheus Dias, perguntou sobre a participação social no Programa e quais serão os instrumentos de comunicação e controle social a serem implementados. Questionou, ainda, sobre a implementação de programas de conscientização ambiental da população afetada e se a responsabilidade de implantação do Programa será apenas da Prefeitura, ou se outras entidades terão participação no processo.

Em resposta, o conselheiro Ricardo Aroeira informou que as questões de participação popular, controle social e educação ambiental, dentre outros, são premissas do Programa DRENURBS e são exigências do órgão financiador. Nas sub-bacias do Capão e do Fazenda Velha, por exemplo, os anteprojetos já foram apresentados às comunidades e o núcleo do Capão apresentou sugestões de melhorias do anteprojeto. Em todas as sub-bacias, haverá um trabalho ao longo da execução do Programa, que envolverá consulta pública. Além disso, informou que haverá um atendimento ao longo da execução das obras para mitigar eventuais impactos negativos que são transitórios e naturais na execução de obras desse porte no espaço urbano. Esclareceu ainda que o trabalho social não cessará com a conclusão das intervenções, sendo prevista uma

etapa de pós-morar. Com relação ao esgotamento sanitário, informou que as questões serão integralmente resolvidas. Afirmou que a responsabilidade pela execução do programa é integralmente da Administração Municipal de Belo Horizonte e que haverá uma interação institucional necessária e importante com a Copasa, por ser a concessionária dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município.

O conselheiro e representante da AMALUX, Marcos Righi, questionou sobre a previsão de obras de drenagem pluvial para a Rua Gentios, na bacia do Córrego do Leitão e sobre um projeto em elaboração para a bacia do córrego Cercadinho.

Em resposta, o conselheiro Ricardo Aroeira informou que o córrego do Leitão não atende aos requisitos do Programa DRENURBS por se tratar de um córrego canalizado. Entretanto, informou que existe um projeto para a Bacia do Córrego do Leitão, que depende de captação de recursos por parte do Município para viabilizar a execução de obras. De igual forma, o projeto em elaboração para a bacia do Córrego Cercadinho também depende de captação de recursos para execução das intervenções que vierem a ser propostas. O palestrante sugeriu que o conselheiro solicite uma consulta formal aos gabinetes da SUDECAP e SMOBI, sobre a situação dos referidos empreendimentos.

O conselheiro e representante da SMMA, Pedro Franzoni enfatizou a necessidade de se investir no controle difuso, onde cada lote tenha sua estrutura de retenção. Entretanto, considerou um grande avanço para o Município os investimentos em tratamento de fundo de vale com parques lineares associados. Ressaltou, ainda, a importância do licenciamento ambiental, onde são definidas condições de acompanhamento dos empreendimentos, que contribuem para que as obras ocorram conforme idealizadas.

O conselheiro Ricardo Aroeira enfatizou que o Plano Diretor de Belo Horizonte prevê que cada nova edificação, desde uma residência unifamiliar até um shopping center, só pode entregar ao sistema público de drenagem a vazão que chegaria até ele, caso o terreno fosse um terreno virgem, completamente permeável. Ao longo dos anos, essa regra vai contribuir para a mitigação do impacto da impermeabilização da cidade. Atualmente, apenas as novas edificações estão sujeitas a tal regra e a expectativa é de que, num futuro próximo, este passo possa ser dado para inclusão das edificações já consolidadas.

O conselheiro e representante da SMPU, Isaac Medeiros, ressaltou a importância de se considerar as conexões ambientais, também descritas no Plano Diretor. Enfatizou que a nova etapa do Programa DRENURBS permitirá trabalhar, de maneira adequada, as Conexões de Fundo de Vale. Esclareceu que a consolidação de Conexões de Fundo de Vale vai de encontro aos objetivos do Programa, por sua relação com os parques lineares, a vulnerabilidade socioambiental das famílias, o controle do risco de inundações e o saneamento, além de resgatar a urbanidade da relação com a água. Destacou que a primeira etapa do Programa, notadamente através da implantação dos parques Baleares, Primeiro de Maio e Nossa Senhora da Piedade, materializaram essa diretriz, ao ressignificar para a vida do cidadão, das empresas e dos gestores, a água no ambiente urbano.

O conselheiro e representante da ABES-MG, Weber Coutinho, questionou sobre a abordagem do Programa a respeito das mudanças climáticas.

A engenheira da Diretoria de Gestão de Águas Urbanas, Úrsula Caputo, ressaltou a intensificação registrada nos períodos chuvosos e a proposição de uma nova curva IDF para os estudos do Programa DRENURBS, considerando os cenários de mudança climática.

Concluindo, o conselheiro Ricardo Aroeira ressaltou a excelência do trabalho desenvolvido pelo Sistema de Defesa Civil do Município.

Nada mais havendo a discutir, a reunião foi encerrada.

Nada mais tendo a relatar, eu, Ricardo de Miranda Aroeira, Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, lavrei a presente ata.